

REVISITANDO A NOÇÃO DE TÓPICO DISCURSIVO

CLÉLIA CÂNDIDA ABREU SPINARDI JUBRAN
(UNESP/ São José do Rio Preto – CNPq)

ABSTRACT *This paper presents some complements to the discourse-topic concept formulated by the Group of Textual-Interactive Organization of the Spoken Portuguese Grammar Project. It also emphasizes the functionality of the analytic category of the discourse topic in the particularization of repetition strategies, paraphrasing and parentheses.*

1. INTRODUÇÃO

Este número especial dos Cadernos de Estudos Lingüísticos centra-se na noção de tópico discursivo, especialmente nos desdobramentos de estudos realizados pelo Grupo de Organização Textual-Interativa do Projeto de Gramática do Português Falado (PGPF). Considerando esse propósito, este artigo consiste em uma releitura do conceito de tópico discursivo, exposto no trabalho sobre *Organização tópica da conversação* (Jubran, Urbano et al. 1992), de autoria de integrantes do referido Grupo¹. Nessa releitura pretendemos apresentar complementações aos principais pontos definidores de tópico discursivo, e assinalar a operacionalidade da categoria tópica na particularização de estratégias de construção do texto, levando em conta pesquisas empreendidas individualmente pelos membros do Grupo, posteriormente à realização do trabalho conjunto sobre organização tópica.

2. A NOÇÃO DE TÓPICO DISCURSIVO

A noção de tópico discursivo começa a despontar, nas pesquisas do Grupo de Organização Textual-Interativa do PGPF, no seu primeiro estudo, sobre *Aspectos do processamento do fluxo de informação no discurso oral dialogado* (Koch et al. 1990). Nele, há referência a uma unidade discursiva, que compreende um fragmento textual caracterizado pela centração em um determinado tema, com extensões variadas, “que vão desde o âmbito do enunciado, correspondendo aproximadamente ao conceito de período, do ponto de vista sintático, até um âmbito mais abrangente envolvendo porções maiores do texto” (p. 146). Conforme se pode verificar, já está aí, em germe, a propriedade da centração, que será essencial na concepção de

¹ Os autores são: Hudinilson Urbano, Ingedore Grunfeld Villaça Koch, Leonor Lopes Fávero, Luiz Antônio Marcuschi, Luiz Carlos Travaglia, Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva, Maria do Carmo Oliveira Turchiari Santos, Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade, Mercedes Sanfelice Riso, Zilda Gaspar Oliveira de Aquino e Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran.

tópico discursivo. No entanto, há uma precariedade na conceituação dessa unidade discursiva, visto que o significado vago e fluido da palavra “tema” não permitia a apreensão do que se estava entendendo por centração, e a questão da extensão dessa unidade, do modo como foi abordada, permanece difusa, porque não se apóia em critérios precisos para o recorte da unidade discursiva. Fica ainda evidente, pela própria observação sobre a extensão e pela correlação da unidade com um “fragmento textual”, que há um destaque dado à materialização lingüística dessa unidade, sem o prévio estabelecimento de uma categoria analítica devidamente particularizada em suas propriedades, para fundamentar a identificação e delimitação de fragmentos textuais que realizariam as características de uma unidade discursiva.

Foi no seu segundo estudo, *Organização tópica da conversação* (Jubran, Urbano et al. 1992), que o Grupo, reconhecendo a insuficiência conceitual de unidade discursiva, centrou sua atenção na definição dessa unidade. Para a realização desse desafio, confluíram os seguintes fatores: o Grupo estava inserido em um projeto de elaboração de uma gramática do português falado e, por trabalhar com o plano do texto, necessariamente devia formular categorias de estatuto textual, não previstas na descrição gramatical que recorta a frase como unidade de análise; além disso, tais categorias tinham de ser pertinentes ao enfoque pragmático da linguagem, concebida como interação social, condizente com a perspectiva textual-interativa então assumida (Jubran, 2006).

Pautando-se por esse enfoque pragmático, o Grupo de imediato afastou a possibilidade de eleger o *turno* como unidade de análise de texto falado, porque, devido ao processo que envolve colaborativamente os participantes de uma interação verbal na construção do texto, um turno é produzido, de alguma forma, por referência ao anterior. Ou seja, há uma projeção de possibilidades que um elemento do turno antecedente desencadeia no próximo turno. Essa relação de interdependência entre turnos é promovida pelo movimento de entrosamento entre os interlocutores, que procuram articular suas falas, mantendo-as, de forma coesa e coerente, em torno de um conjunto referencial que se projeta como foco da interação em dado momento do evento comunicativo. Era possível, portanto, postular uma unidade discursiva, não restrita ao turno, cujas particularidades estariam assentadas na integração de enunciados em um conjunto relevante de referentes e cujos limites seriam dados pela proeminência desse conjunto em determinado ponto do texto. Daí deriva a noção de tópico discursivo, entendido como uma categoria analítica abstrata, com a qual o analista opera, com base nas propriedades tópicas especificadas no próximo item, para recortar segmentos textuais e descrever a organização tópica de um texto.

O fato de a noção de tópico discursivo ter sido formulada a partir das observações sobre a interrelação de turnos e, por isso, indiciar seu apoio em texto dialogado, tem a sua justificativa, no estudo aqui referido, pois o corpus analisado era de texto conversacional. No entanto, se desbastada desses indícios de conversação, a categoria tópica é aplicável à análise de textos de outros gêneros falados e também escritos², uma vez que a topicalidade é um processo constitutivo do texto. Esse desbaste representaria uma primeira revisão necessária do conceito de tópico discursivo, que permeará este artigo, particularmente no próximo item.

² Ver, por exemplo, Pinheiro (2005), que trabalhou com a categoria de tópico discursivo na análise de um corpus bastante diversificado em termos de gêneros textuais e de modalidade falada e escrita: carta pessoal, artigo de opinião, artigo científico, conversação espontânea, aula, palestra, entrevista falada e escrita e reportagem de televisão e de revista.

2.1. Sobre as propriedades tópicas da centração e da organicidade: revisões e complementações

A fim de particularizar a noção de tópico discursivo, o Grupo de Organização Textual-Interativa do PGPF definiu-lhe duas propriedades: a de centração e a de organicidade. A nosso ver, há alguns pontos na especificação dessas propriedades que merecem reconsiderações e complementações.

Quanto à centração, o estudo do Grupo (Jubran, Urbano et al. 1992, pp. 361-362; Jubran 2006, pp.91-92) destaca fundamentalmente a referencialidade textual: o tópico é tomado no sentido geral de “acerca de” que se fala, isto é, “um conjunto de referentes explícitos ou inferíveis concernentes entre si e em relevância num determinado ponto da mensagem” (p. 361) – o que leva a uma associação de tópico com a função representativo-informacional da linguagem.

Embora o ponto de partida para estabelecer a noção de tópico tenha sido o princípio pragmático da cooperação entre interlocutores na construção da conversação, o esclarecimento da propriedade da centração, por estar predominantemente apoiado na função representacional, não abarca a contrapartida interacional, pertinente a uma abordagem textual-interativa do texto. Por esse motivo, propomos uma revisão dos traços de *concernência*, *relevância* e *pontualização*, abrangidos pela centração, com acréscimos que dêem conta da função interacional, entendendo-a sempre em conjunção com a representacional.

Para que a reconsideração desses traços se torne suficientemente abrangente a fim de possibilitar a análise da centração tópica de textos em geral, afastamo-nos da compreensão de tópico discursivo exclusivamente como decorrente do envolvimento colaborativo dos participantes de um ato conversacional, que atuam conjuntamente na elaboração textual. Concebemos, então, a função interacional de modo amplo, como inerente a todo e qualquer texto, já que o produtor de um texto, seja falado ou escrito, orienta suas escolhas lingüístico-discursivas em função do interlocutor presente no intercâmbio oral ou pretendido no evento comunicativo realizado por meio da escrita. É nesse sentido que devem ser entendidas expressões como “interação verbal”, “processo interativo”, usadas logo abaixo na explicação dos três traços da centração tópica e ao longo deste artigo.

Com essas adaptações, diremos que o tópico discursivo, enquanto categoria analítica, tem como primeira propriedade definidora a centração, que abrange:

- a) a *concernência* – relação de interdependência entre elementos textuais, firmada por mecanismos coesivos de seqüenciação e referenciação, que promovem a integração desses elementos em um conjunto referencial, instaurado no texto como alvo da interação verbal;
- b) a *relevância* – proeminência de elementos textuais na constituição desse conjunto referencial, que são projetados como focais, tendo em vista o processo interativo;
- c) a *pontualização* – localização desse conjunto em determinado ponto do texto, fundamentada na integração (concernência) e na proeminência (relevância) de seus elementos, instituídas com finalidades interacionais.

Assim definidos sob a perspectiva textual-iterativa, os traços de *concernência*, *relevância* e *pontualização*, caracterizadores da centração, conferem à categoria de tópico discursivo critérios para o reconhecimento do estatuto tópico de um fragmento textual. Da aplicação de tais critérios à análise de um texto resulta o seu recorte em segmentos tópicos, compreendidos como unidades textuais que materializam, na superfície lingüística do texto, o princípio da

centração. Ficam assim particularizadas uma categoria analítica para a identificação e delimitação de unidades de natureza textual – o tópico discursivo, bem como uma unidade concreta de análise - o segmento tópico.

Quanto à segunda propriedade tópica, a da organicidade, o Grupo (Jubran, Urbano et al. 1992, pp. 363-370), focalizando o objetivo central de seu estudo, que era o da organização tópica da conversação, prendeu-se essencialmente na descrição das relações entre tópicos em um texto conversacional. Entendeu, então, que a organicidade é manifestada por relações de interdependência tópica que se estabelecem simultaneamente em dois planos: no plano hierárquico, vertical, conforme as dependências de super ou subordenação entre tópicos que se implicam pelo grau de abrangência com que são tratados na interlocução; no plano linear, de acordo com as articulações intertópicas em termos de adjacência ou interposições de tópicos na linha do discurso.

Esse princípio de organicidade, assim posto em relação à estruturação global de um texto conversacional, enfatiza, com muita propriedade, as relações intertópicas. Pensamos que é necessário estendê-lo, a fim de que também abarque as articulações intratópicas. Isto porque várias pesquisas do Grupo destacaram a organização interna dos segmentos tópicos, a começar pelo próprio texto *Organização tópica da conversação* (Koch et al. 1992), no qual é definido o princípio de organicidade acima, restrito às relações entre tópicos. Esse texto inclui um item (5.5., pp. 391-394) intitulado *Estrutura interna dos segmentos tópicos*, com o seguinte trecho logo no seu início: “Até aqui, observamos, no corpus tomado para análise, como ela [a conversação] se organiza linear e verticalmente, em termos de estruturação tópica. Cabe observar agora que (...) os segmentos tópicos, tomados individualmente, deixam transparecer uma estruturação interna, através de marcas constatadas no início, meio e fim dos segmentos” (p. 391-392).

Ademais, pela leitura do conjunto de estudos produzidos pelo Grupo, publicados em Jubran e Koch (Orgs. 2006), fica evidente que, na quase totalidade das pesquisas relativas às estratégias e mecanismos de construção textual, há sempre indicações da funcionalidade textual dessas estratégias e mecanismos na organicidade intratópica. Apenas para adiantar um exemplo, no capítulo sobre *Marcadores discursivos basicamente seqüenciadores*, Risso (1993/2006) aborda, entre outros marcadores, o *agora*, que, na sua função de instanciador prospectivo do texto, atua tanto na articulação intertópica, promovendo abertura de tópico, quanto na intratópica, dando encaminhamento a um tópico. Neste segundo caso, o marcador *agora* “estabelece conexões circunscritas ao âmbito de um segmento tópico específico, promovendo, em sua estruturação, o seqüenciamento de proposições integradas no mesmo conjunto de referentes em centração” (p. 441). No plano intratópico, segundo Risso (2006), registra-se o uso desse marcador para sinalizar ou uma mudança de orientação dada pelo falante relativamente à informação em curso, ou a introdução que o locutor faz de um dado particular do tópico, ou ainda o reatamento de uma informação central, interrompida pela incidência de inserções no tópico em curso.

Assim como acabamos de ver no trabalho de Risso, as demais pesquisas do Grupo de Organização Textual-Interativa tratam da organização inter e intratópica exclusivamente em textos falados, que eram o objeto de estudos do PGPF. Além de defendermos a extensão do princípio de organicidade à constituição interna dos tópicos, uma vez que ele foi postulado apenas para as relações entre tópicos, registramos aqui a sua extensão à análise de textos escritos. Pesquisas com corpus escrito já demonstraram a pertinência dessa extensão, mostrando que a propriedade tópica de organicidade, embora prevista inicialmente com base na conversação,

não é privativa de texto falado. Tal pertinência encontra sustentação na concepção de topicalidade como um processo constitutivo do texto, independentemente da modalidade falada ou escrita pela qual ele se manifesta. Conseqüentemente, as mesmas colocações a respeito da organicidade linear e hierárquica dos tópicos no texto falado podem perfeitamente serem transpostas para o texto escrito.

3. TÓPICO DISCURSIVO E ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO TEXTUAL

Para complementarmos nossas considerações sobre a categoria de tópico discursivo, importa salientar que, no trajeto percorrido pelo Grupo de Organização Textual-Interativa para a elaboração da Gramática do Português Falado, essa categoria foi estabelecida com vistas à definição de uma unidade textual, a fim de que a análise do plano do texto, no âmbito do PGPF, se pautasse pelas propriedades dessa unidade. Na leitura que fizemos dos estudos desse Grupo sobre as estratégias de construção textual, procuramos verificar a operacionalidade da categoria de tópico discursivo na particularização delas. Apresentamos a seguir os resultados dessa leitura, destacando apenas três estratégias - a repetição, a paráfrase e os parênteses.

A repetição, de acordo com Marcuschi (1996/2006), é uma estratégia de formulação textual, que, do ponto de vista da categoria lingüística do elemento repetido, pode ser fonológica, de morfemas, de itens lexicais, de construções subordinadas e oracionais. Qualquer que seja a manifestação lingüística da repetição, observamos que o processo repetitivo só pode ser devidamente configurado se associado à elaboração de um tópico discursivo: é no interior de um segmento tópico que são apreendidas as identidades ou semelhanças entre construções lingüísticas.

Para elucidar essa questão, restringimo-nos às repetições de itens lexicais. A reintrodução de uma palavra no texto será classificada como repetição se estiver funcionando para a construção de uma centração tópica, instituindo relações de concernência com a matriz (primeira entrada da palavra no segmento tópico), como vemos em (1). Equivale a dizer que o uso de um mesmo item lexical em tópicos diferentes não é um procedimento de repetição, porque ele estará a serviço da formação de conjuntos referenciais diversificados, sem que se possa depreender, conseqüentemente, relações de interdependência entre as ocorrências da mesma palavra. Não seria pertinente, portanto, considerar esses casos como repetição, enquanto processo formulativo-interacional, mesmo porque, com a mudança de tópicos, altera-se o foco para o qual converge a interação verbal. Assim, a definição de repetição está diretamente conjugada com a noção de tópico discursivo.

Em (1), a repetição do item *chato* é um exemplo do emprego da repetição na instauração da centração tópica, pois sua presença constante funciona para a manutenção e condução do tópico discursivo em foco, introduzido pela pergunta do entrevistador:

(1) VEJA – *Quem são hoje os outros campeões de chatice no país?*

BUSSUNDA – *Há vários tipos de chatos. O Humberto Gessinger, do grupo Engenheiros do Hawaii, e o Gabriel o Pensador, por exemplo, são chatos do mesmo tipo: fazem música óbvia para que as pessoas que nunca leram um livro se sintam inteligentes. Podem ser chamados de os chatos ginásianos. O maior chato do Brasil é, sem dúvida alguma, o Beijoqueiro. É o chato mala, que dispensa maiores explicações. Mas o pior tipo de chato é o chato bêbado, que fica com um copo na mão e a manga da camisa alheia na outra. Foi esse tipo que me fez*

*parar de sair à noite, porque sempre tinha um representante da categoria que vinha parar na minha mesa e contar uma piada nova que eu já conhecia há mais de cinco anos. Há também o **chato** dono da verdade, como o Agnaldo Timóteo – se acha um primor de inteligência e é o único que enxerga essa qualidade nele. Há os **chatos** de plantão, como o Amaral Neto e o Jair Meneguelli. E não se pode esquecer dos **chatos** centrados, tipo Mário Covas, que não dizem nada com uma firmeza impressionante.*

(NELFE Entrevista E162)

Cumprе salientar, na esteira de Marcuschi (1996/2006), que a repetição estabelece continuidade tópica, mas não identidade referencial. Assim, em (1), o tópico se desenvolve por meio de sucessivas recategorizações do referente *chato*: a cada ocorrência do item lexical, vão se modificando os atributos conferidos a esse referente, de acordo com a “classificação” que o entrevistado faz dos diversos tipos de *chatos*. De onde se conclui que a repetição é um processo de reformulação textual.

A paráfrase é igualmente uma atividade de reformulação, por meio da qual novos enunciados modificam enunciados anteriores, que se constituem como matriz para a operação parafrástica. Em linhas gerais, Hilgert (1993/2006) demonstra que o parafraseamento predica uma relação de equivalência semântica entre a paráfrase (elemento reformulador) e a sua matriz (elemento reformulado), promovendo deslocamentos semânticos de especificação ou generalização entre o segmento reformulado e o reformulador, com expansões, condensações ou paralelismos formais.

Dentro do nosso propósito de observar correlações entre as caracterizações das estratégias de elaboração de texto e a noção de tópico discursivo, podemos dizer que, no tocante ao parafraseamento, o estabelecimento de uma equivalência semântica entre a paráfrase e a matriz gera relações de interdependência entre os enunciados que as materializam, integrando-os no conjunto referencial responsável pela contração tópica. A identificação de um procedimento parafrástico assenta-se, então, em relações de concernência entre matriz e paráfrase, firmadas no âmbito de um tópico discursivo.

Tal afirmação pode ser comprovada com o exemplo (2), no qual a locutora, após ter dito que foi obrigada a parar de trabalhar para tomar conta dos filhos, centra sua intervenção no seu desejo de voltar a trabalhar e estudar:

(2) L1 – *embora futuramente eu pretenda trabalhar eu quero continuar os estudos ... e:: e trabalhar fora mas por enquanto ainda não as crianças dependem muito de mim ... (...) então eu tenho impressão de que quando o menor ... já:: estiver assim ... pela quarta série terceira quarta série ... ele já estará mais ... independente e:: ... e os maiores poderão fazer as vezes de:: ... assim de:: preceptores dos menores e me aliviarão ... nessa parte ... e eu terei tempo disponível não que eu **deseje:: liberda::de deseje eh eh estar assim sem obrigações para com as crianças ... mas é que eu daí terei tempo disponível para fazer coisas extras***

(NURC/SP D2 360: 1215-1233)

Conforme explica Hilgert (2006, p. 291), o item lexical *liberdade* reúne várias possibilidades de sentido atualizáveis em diferentes contextos comunicativos ou, segundo nossa leitura, em diferentes tópicos discursivos. O seu parafraseamento (*estar assim sem obrigações para com as crianças*) se realiza por meio de uma decomposição semântica, ou seja, apenas uma possibilidade de significação é considerada pertinente pela falante. Constatamos que a

pertinência da significação especificada pela paráfrase sob análise é dada pelas relações de concernência do enunciado parafrástico com o contexto tópico: nele são relevantes as referências aos cuidados com os filhos, que acabam direcionando a predicação do parentesco semântico entre não desejar *liberdade* (matriz) e não desejar *estar assim sem obrigações para com as crianças* (paráfrase). O deslocamento semântico de especificação entre a matriz e a paráfrase atua interacionalmente como facilitador da compreensão de um aspecto do tópico discursivo em pauta, e, textualmente, como construtor da unidade tópica.

Esses comentários ao exemplo (2) ilustram nossa afirmação de que o processo de parafraseamento é definível em relação à categoria de tópico discursivo, visto que as referências parafrásticas são produzidas na dinâmica da elaboração tópica, segundo propósitos da ação interativa.

Passamos agora a focalizar o processo de parentetização, salientando a aplicabilidade da noção de tópico discursivo à sua particularização. Jubran (1996/2006) diz que, para definir parênteses, é preciso levar em conta o princípio tópico da centração, porque os fatos parentéticos consistem em inserções, nos segmentos tópicos, de elementos não atinentes ao conjunto referencial em relevância nessas unidades textuais: os parênteses operam desvios do tópico discursivo, que não afetam a coesão do segmento dentro do qual ocorrem. Em decorrência, sua definição é relacional: a caracterização de parênteses como elemento encaixado e desviante só se ressalta por contraposição ao contexto tópico. Daí a necessidade de se apoiar analiticamente na propriedade da centração, para que se possa verificar a suspensão tópica efetuada pela inserção parentética. Em outras palavras, é a partir da categoria de tópico discursivo que se fixa a concepção de parentetização.

Fundamentando-se na perspectiva textual-interativa, a Autora chama a atenção para o fato de que, no intervalo da suspensão momentânea do tópico, os parênteses introduzem pistas sinalizadoras do quadro sociocomunicativo do qual o texto emerge, adquirindo uma dimensão pragmática e constituindo-se, assim, como um dos recursos pelos quais a atividade discursiva se projeta concretamente na materialidade lingüística do texto.

O segmento (3) exemplifica a função pragmática da parentetização, bem como o traço de desvio tópico especificador dessa estratégia de construção textual:

(3) Inf. – *o povo japonês ... a a população do Japão ... extremamente GRANde pra sua área e extremamente laboriosa no sentido de que ... SABIA que pra conseguir sobreviver ... tá?... PREcisava AMPLIAR a sua área de atuação ... – tá claro isso? a aula á gravada mas as perguntas podem ser feitas e devem ... senão fica parecendo monólogo nenhuma dúvida então? – quer dizer ... situando ... o Japão ... que a gente conhece e ouve falar de unidade japonesa que é o do pós-guerra ... É UMA COISA ... eu só estou me referindo ao início da industrialização japonesa ... tá?*

(NURC/RJ EF 379: 79-88)

A observação da elaboração desse segmento (3) evidencia sua centração no tópico referente à necessidade de ampliação da área de atuação do Japão no início de sua industrialização, assim como mostra a ruptura momentânea dessa centração, pela intercalação de três parênteses. Dois deles (*tá claro isso?* e *nenhuma dúvida então?*) são acentuadamente interacionais, pois deslocam o foco referencial do trecho para a instância do interlocutor, testando-lhe a compreensão do tópico abordado. O terceiro (*a aula é gravada mas as perguntas podem ser feitas e devem ... senão fica parecendo monólogo*) afasta-se também da centração tópica, para focalizar as

condições interativas, de natureza dialogal, que a professora quer imprimir à sua aula. Os três parênteses explicitam, portanto, a entrada de fatores pragmáticos no texto, registrada por desvios do tópico discursivo, que é reintroduzido logo após o procedimento de parentetização.

Com base nas observações sobre o segmento (3), podemos reafirmar que a parentetização é uma estratégia textual-interativa definível a partir da categoria de tópico discursivo, especificamente da propriedade de centração tópica, que se coloca como parâmetro para a identificação dos desvios acarretados pelas inserções parentéticas.

4. SÍNTESE CONCLUSIVA

Rastreando os principais pontos deste artigo, poderíamos assim enumerá-los:

a) a topicalidade é um processo constitutivo do texto. Conseqüentemente, a categoria analítica de tópico discursivo deve ser formulada de modo suficientemente abrangente para dar conta de diferentes gêneros de textos, seja de modalidade falada ou escrita. Para tanto, deve ser desvinculada da questão de interrelação entre turnos em texto conversacional, como foi originalmente colocada pelo Grupo de Organização Textual-interativa do PGPF;

b) sob a perspectiva textual-interativa, a noção de tópico discursivo não deve estar atrelada exclusivamente à função referencial da linguagem, conforme o parece ser pelas descrições dos traços da centração tópica feitas no estudo desse Grupo sobre a organização tópica da conversação. Na construção tópica, a função interacional conjuga-se com a referencial, de forma que as propriedades de concernência, relevância e pontualização da centração são sempre instituídas com finalidades interativas;

c) o princípio de organicidade tópica, postulado na sua origem para as relações intertópicas, deve ser estendido para as relações intratópicas, a fim de abranger a estruturação interna dos segmentos tópicos, tomados como unidade concreta de análise;

d) a categoria de tópico discursivo aplica-se não apenas à análise da organização textual, mas também à definição das especificidades de estratégias de construção textual. Repetições, paráfrases e parênteses, por exemplo, encontram seu estatuto particular somente no contexto de um tópico discursivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- HILGERT, J. G. (1993). Procedimentos de reformulação: a paráfrase. Em: Dino Preti (Org.). *Análise de textos orais*. São Paulo: FFLCH/USP, pp. 103-27.
- _____. (2006). Parafraseamento. Em: Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran e Ingedore Grunfeld Villaça Koch (Orgs.). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, vol. I – Construção do texto falado, pp. 275-99.
- JUBRAN, C. C. A. S. (2006). A perspectiva textual-interativa. Em: Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran e Ingedore Grunfeld Villaça Koch (Orgs.). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, vol. I – Construção do texto falado, pp. 27-36.
- _____. (2006). Tópico discursivo. Em: Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran e Ingedore Grunfeld Villaça Koch (Orgs.). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, vol. I – Construção do texto falado, pp. 89-132.

- JUBRAN, C. C. A. S. (2006). Parentetização. Em: Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran e Ingedore Grunfeld Villaça Koch (Orgs.). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, vol. I – Construção do texto falado, pp. 301-57.
- _____. (1996). Parênteses: propriedades identificadoras. Em: Ataliba Teixeira de Castilho e Margarida Basílio (Orgs.). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: FAPESP, vol. IV – Estudos descritivos, pp. 411-22.
- JUBRAN, C. C. A. S. e KOCH, I. G. V. K. (Orgs.). (2006). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, vol. I – Construção do texto falado.
- JUBRAN, C. C. A. S.; URBANO, H. et al. (1992). Organização tópica da conversação. Em: Rodolfo Ilari (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, vol. II – Níveis de análise lingüística, pp. 357-439.
- KOCH, I. G. V. K. et al. (1990). Aspectos do processamento do fluxo de informação no discurso oral dialogado. Em: Ataliba Teixeira de Castilho (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: FAPESP, vol. I – A ordem, pp. 143-84.
- MARCUSCHI, L. A. (2006). Repetição. Em: Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran e Ingedore Grunfeld Villaça Koch (Orgs.). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, vol. I – Construção do texto falado, pp. 219-54.
- _____. (1996). A repetição na língua falada como estratégia de formulação textual. Em: Ingedore Grunfeld Villaça Koch (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: FAPESP, vol. VI – Desenvolvimentos, pp. 95-129.
- PINHEIRO, C. L. (2005). *Estratégias textuais-interativas: a articulação tópica*. Maceió: EDUFAL.
- RISSO, M. S. (2006). Marcadores discursivos basicamente seqüenciadores. Em: Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran e Ingedore Grunfeld Villaça Koch (Orgs.). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, vol. I – Construção do texto falado, pp. 427-96.
- _____. (1993). “Agora o que eu acho é o seguinte”: um aspecto da articulação do discurso no português culto falado. Em: Ataliba Teixeira de Castilho (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: FAPESP, vol. III – As abordagens, pp. 31-60.